

**AUTORIA PARA ALÉM DO LIVRO:
O CASO DE *O HOMEM*, DE ALUÍSIO AZEVEDO**

**AUTHORSHIP BEYOND THE BOOK:
THE CASE OF *O HOMEM*, BY ALUÍSIO AZEVEDO**

Thiago Mio Salla¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discorrer sobre o multifacetado e avultado epitexto do romance *O homem* (1887), de Aluísio Azevedo, *best-seller* cujas três primeiras edições esgotaram-se em apenas três meses. Fugindo da costumeira indiferença de nossos escritores em relação à promoção de suas próprias obras, esse escritor, juntamente com uma rede de amigos pautada pelo elogio mútuo e inserida em importantes meios intelectuais do tempo, teve papel ativo na difusão do romance. Tal processo contou com a realização de conferências, promoção de banquete, distribuição de panfletos, adaptação do romance para o teatro, bem como a publicação, majoritariamente na imprensa, de algo em torno de 140 textos entre notas, críticas, reportagens e crônicas, ao longo de mais de um ano, num contexto em que o jornal poderia ser tomado, em certa medida, como uma extensão do livro e vice-versa. Ao palmilhar a trajetória alargada do livro para além do suporte livresco, observam-se as implicações dessa expressiva malha epitextual na consolidação do autor, quer por proporcionar sua inserção entre um público mais amplo (que crescia no final do século XIX), quer por viabilizar seu primeiro contrato com a prestigiada editora Garnier, quer por consolidar sua posição como a figura mais proeminente da estética naturalista no Brasil.

Palavras-chave: Aluísio Azevedo; *O homem*; autoria.

Abstract: This article aims to discuss the multifaceted and bulky epitext of the novel *O homem* (1887), by Aluísio Azevedo, a bestseller whose first three editions were sold out in just three months. Fleeing from the usual indifference of our writers in relation to the promotion of their own works, this writer, together with a network of friends guided by mutual praise and inserted in important intellectual circles of the time, played an active role

¹ Departamento de Jornalismo e Editoração, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo: <thiagosalla@usp.br>.

in the dissemination of the novel. This process included holding conferences, promoting a banquet, distributing pamphlets, adapting the novel for the theater, as well as publishing, mostly in the press, something around 140 texts, including notes, reviews, reports and chronicles, at the same time. over a year, in a context in which the newspaper could be taken, to a certain extent, as an extension of the book and vice versa. By traversing the broad trajectory of the book beyond the bookish support, one observes the implications of this expressive epitextual network in the consolidation of the author, either by providing his insertion among a general public (which was growing at the end of the 19th century), either by making his first contract with the prestigious publisher Garnier possible, or by consolidating his position as the most prominent figure of naturalist aesthetics in Brazil.

Keywords: Aluísio Azevedo; *O homem*; authorship.

1. O FORA DO LIVRO

Segundo Genette (2009, p. 9), a obra literária raramente se apresenta em estado nu, “sem o reforço e o acompanhamento de certo número de produções, verbais ou não”, os chamados paratextos. Eles teriam a função de cercá-la, prolongá-la e, acima de tudo, apresentá-la, torná-la presente e, assim, garantir o seu consumo na forma de um livro, de acordo com as convenções editoriais e tipográficas então prevalentes.

Em outras palavras, tais escritos poderiam ser definidos como um conjunto de práticas e discursos que garantiriam a passagem do original ao livro, permitindo o acesso dos leitores à mensagem do autor. Desse modo, poderiam ser descritos como uma zona de transação: “lugar privilegiado de uma pragmática e de uma estratégia, de uma ação sobre o público” (GENETTE, 2009, p. 10), tendo em vista o estabelecimento de um protocolo de leitura que permitiria a recepção do discurso de acordo com aquilo que o escritor e seus aliados considerassem pertinente. Mais especificamente, tratar-se-ia de um limiar do texto que carregaria um comentário autoral, sendo mais ou menos legitimado por aquele que tem o nome estampado na capa.

Ainda segundo Genette (2009, p. 10), considerando-se a própria ambiguidade do prefixo “para” (morfema antitético, que significaria a um só tempo proximidade e distância; semelhança e afastamento), o paratexto poderia ser descrito como uma “zona indecisa entre o dentro e o fora, sem limite rigoroso, nem para o interior (o texto) nem para o exterior (o discurso do mundo sobre o texto), orla, ou, como dizia Philippe Lejeune, ‘franja do texto impresso que, na realidade, comanda toda a leitura’”. Por se tratar de uma mensagem materializada, o paratexto poderia se situar aquém ou além do livro. Consideram-se como paratextuais, assim,

todos os elementos que fazem parte de uma obra – o título, o prefácio, a dedicatória, os nomes dos capítulos etc... –, bem como os que foram construídos sobre ela, explicando-a, analisando-a, comentando-a (como, por exemplo, apreciações críticas, entrevistas, notícias). Segundo o crítico francês, evidenciam-se, portanto, duas modalidades/categorias: o peritexto (no espaço físico da obra) e o epitexto (exterior à obra, mas sobre ela) (GENETTE, 2009, p. 12).

No que concerne ao segundo elemento desse binômio, Genette adverte sobre os questionamentos de se incluir tudo o que ele chama de epitexto entre os paratextos. Tal categoria, ainda mais esgarçada que a dos peritextos, seria uma espécie de franja da franja, tendo em vista sua vastidão e falta de limites externos que a delimitassem minimamente. Considerando seu momento de aparecimento em relação à publicação do livro, haveria tanto epitextos anteriores a ele, nos quais se relatam projetos e a gênese da obra; quanto contemporâneos ao lançamento deste; e posteriores a ele. Na maior parte dos casos, mesmo por vias indiretas, sendo secundado por diferentes interlocutores e mediadores, o autor seria o principal destinador da teia epitextual, embora também ocupem essa função editores e críticos (muitas vezes, terceiros mais ou menos autorizados pelo escritor, que produziriam “alógrafos oficiosos” – GENETTE, 2009, pp. 306-309). Seu destinatário não seria nunca apenas o eventual leitor do texto, mas usualmente um leitorado mais difuso, tal qual o público de um meio de comunicação ou os participantes de um evento (p. 304).

Para além da tradição de estudos em torno da leitura e do leitor desde Jauss, a abertura para se considerar os diferentes matizes do epitexto parte aqui do pressuposto de que o texto enquanto pura forma verbal não existiria. A significação não seria um produto da intenção do artista tão somente, mas das ações de toda uma pluralidade de espaços, de técnicas, de dispositivos, de instituições e de indivíduos que participam de sua produção, difusão e recepção. Nesse sentido, ao invocar a historicidade de tais processos e dos protocolos a eles associados, devem-se considerar os agentes e materialidades que atuam no transcurso de toda a longa cadeia que perfaz o caminho do manuscrito ao livro, do escritor ao leitor (CHARTIER, 2007, p. 87). Não por acaso, de acordo com tal perspectiva, “um autor é disperso entre seus colaboradores, aqueles que produziram seus textos e seus significados” (MCKENZIE, 2018, p. 43).

No caso em questão, o destaque recai sobre o conjunto de intermediários e suportes responsáveis por fazer a obra, enquanto objeto de cultura, reverberar antes e logo depois de sua aparição, de modo a perceber como toda a malha discursiva produzida em torno dela a ela se agrega e de modo a reforçar o estatuto autoral e as imagens a respeito daquele cujo nome encima a capa do livro. Aliás, não nos esqueçamos de que a crítica literária desde a modernidade tem um papel-chave na consolidação da função autor (ALVES, 2021, pp. 400-417).

2. O LIVRO E O JORNAL NOS OITOCENTOS

No século XIX brasileiro, Aluísio Azevedo distinguiu-se como um autor consciencioso não apenas do conteúdo estampado em seus livros (tanto as preambulares, como a narrativa propriamente dita), mas também dos discursos criados em torno deles, desde o momento propriamente anterior à publicação de seus romances e ao longo de sua trajetória de divulgação mais imediata. O ponto culminante de tal postura voltada ao epitexto teria se dado com *O homem*, grande *best-seller* do escritor, cujas três primeiras edições se esgotaram entre outubro e dezembro de 1887 (MÉRIAN, 2013, p. 398). Essa obra teve um papel central na consolidação do nome de Aluísio Azevedo, pois, a partir do sucesso por ela obtido, ele celebrou contrato com Garnier que previa não apenas a quarta edição de *O homem*, mas também a reimpressão de *O mulato* (1881), *Casa de pensão* (1884) e *O coruja* (1885), bem como o posterior lançamento de *O cortiço*. Cerca de dez anos depois, em 11 de setembro de 1897, por intermédio do escritor Graça Aranha (seu procurador em tal negociação), fecharia um novo e vultoso contrato com a editora Garnier. Por meio de tal instrumento, acertou-se que o romancista vendia, por dez contos de réis, a inteira e perpétua propriedade de onze de seus romances, entre os quais se encontravam, obviamente, *O homem* e *O cortiço* (MENEZES, 1958, pp. 277-278).

A atuação de Aluísio Azevedo para além do livro vinculava-se a sua condição de escritor-jornalista (MELMOUX-MONTAUBIN, 2003), comum aos homens de letras de sua época, tendo em vista que, no século XIX, assistiu-se ao alargamento da função autor em meio à expansão dos impressos e, por conseguinte, dos epitextos públicos neles publicados. Nesse contexto, para além de haver uma relação estreita entre escrita jornalística e literatura (THÉRENTY, 2007), o jornal poderia ser tomado, em certa medida, como uma extensão do livro e vice-versa. Por exemplo,

Machado de Assis (2011, pp. 44-53), ainda jovem, em fins da década de 1850, expressou de modo exemplar o entusiasmo coletivo de então para com o crescimento exponencial da imprensa periódica nos Oitocentos, louvando, entre outros aspectos, seu papel na promoção da democracia (enquanto “república do pensamento”), na difusão cultural (enquanto “locomotiva intelectual”) e na profissionalização dos letrados (por permitir a “monetização da ideia”). Tratava-se, portanto, de um momento de sucesso popular e pujança de todo um sistema midiático centrado em veículos impressos massificados em que se fundiam matrizes literárias e midiáticas (THÉRENTY, 2007, p. 18).

Paralelamente, destaque-se ainda a presença da rubrica literatura no espaço heteróclito dos jornais diários (anúncios, crítica, polêmica etc...) ou mesmo para periódicos consagrados a tal forma artística, o que explicita a importância do regime discursivo literário. Conforme indica Alessandra El Far (2015), os jornalistas falavam sobre livros com muito barulho na imprensa carioca. Num contexto de barateamento de preços das edições e de relativa expansão do número de leitores, os periódicos do Rio de Janeiro reservavam colunas para a abordagem dos livros recém-lançados. Desse modo,

[...] a imprensa constituía um espaço onde o livro, com suas páginas silenciosas, parecia ganhar voz, e iluminava, ao mesmo tempo, uma intrincada rede de sujeitos sociais, composta não apenas por escritores e leitores, mas também por editores e livreiros em busca de um negócio lucrativo (EL FAR, 2015, p. 231).

Em nosso panorama novecentista, Aluísio Azevedo destacava-se como, possivelmente, o romancista mais lido de sua geração (MÉRIAN, 2013, p. 332). Em 1896, Valentim Magalhães (1896, p. 24) declarava que o autor de *O mulato* seria o único homem de letras no Brasil que ganhava o pão exclusivamente à custa de sua pena, mas apenas o pão, pois as letras por aqui ainda não dariam para a manteiga. Para Alfredo Bosi (2006, p. 199), Aluísio se destacaria como um caso raro e precoce de profissionalização literária. Jean-Yves Mérian (2013, p. 374) salienta que seu biografado não teria sido um escritor profissional por livre escolha, mas que perseverou como romancista, jornalista e autor de teatro “tanto por falta de qualificação, quanto por causas políticas”. O suporte primeiro de sua atuação, sobretudo no caso de muitos dos seus romances-folhetins e contos, foram as páginas de jornais e revistas. Todavia, servia-se mais da imprensa na construção de seu epitexto, graças à publicidade e aos

inúmeros artigos de críticos que corroboravam o impulsionamento de seus trabalhos.

Ainda como destaca Mérian (2013, p. 398), Aluísio Azevedo, com a consciência viva de que o trabalho do autor não se encerra no momento em que o original é submetido à editora, tinha um sentido aguçado para a propaganda. Dotado de pragmatismo e conhecimento do mercado literário brasileiro do final do século XIX, procurava produzir uma leitura voltada para o público em geral (ainda tributária da tradição romântica e do folhetim) e para os críticos afeitos ao naturalismo. Em outras palavras, travava uma luta entre o desejo de agradar o leitor e o de produzir uma escrita conscienciosa, procurando conjugar, em linhas gerais, os modelos fornecidos por Alexandre Dumas e Zola. Em meio a esse embate, optou pelos leitores sem se afastar dos críticos, algo que fica evidente na tão famosa passagem do capítulo 61 do folhetim *Mistérios da Tijuca*, publicado na *Folha Nova* entre 23 de novembro de 1882 e 18 de fevereiro de 1883, trecho este que depois teria sido expurgado da edição de tal livro, realizada pela Garnier em 1900 (o novo título da obra seria *Girândola de amores*):

No Brasil, quem se propuser escrever romances consecutivos tem fatalmente de lutar com um grande obstáculo – é a disparidade que há entre a massa enorme de leitores e a de pequeno grupo de críticos.

Os leitores estão em 1820, em pleno Romantismo, querem o belo enredo, a ação, o movimento; os críticos, porém, acompanham a evolução do romance moderno em França e exigem que o romancista siga as pegadas de Zola e Daudet. Ponson du Terrail é o ideal daqueles; para estes, Flaubert é o grande mestre. A qual dos dois grupos se deve atender? Ao de leitores ou ao de críticos? Estes decretam, mas aqueles sustentam. Os romances não se escrevem para a crítica, escrevem-se para o público, para o grosso público, que é o que paga (AZEVEDO, 1883, p. 1).

Considerando-se sua opção primeira pelo leitorado mais amplo, as obras de Aluísio Azevedo costumavam necessariamente causar barulho, e isso desde seu aparecimento como romancista. Segundo Helen Caldwell (1970, pp. 117-118), *O mulato* teria sido assunto de mais de cem artigos ao longo de 1881, ano em que foram lançadas as *Memórias póstumas de Brás Cubas*, que contaram com frio acolhimento do público. De modo análogo, *O ateneu*, de Raul Pompeia, publicado no final do mês de maio de 1888 em volume, após haver ocupado o rodapé da *Gazeta de Notícias* por alguns meses, ficou durante muito tempo nas estantes das livrarias, desprezado pelos leitores. Por outro lado, conforme já mencionado, as três primeiras edições de *O homem* (1.900 exemplares cada uma, totalizando 5.700) se

esgotaram em um trimestre. 300 livros vendidos num único dia; 631 em dois dias; a edição *princeps* esgotada em uma semana. Não por acaso, a segunda tiragem do romance trazia a seguinte dedicatória (em versal-versalete): “À IMPRENSA FLUMINENSE”.

Entre notas, críticas, reportagens e crônicas, *O homem* contou com algo em torno de 140 menções/aparições na imprensa entre, sobretudo, os anos de 1887 e 1888.² Aluísio Azevedo e o grupo dos chamados boêmios do qual ele fazia parte se empenhavam diariamente para que o romance permanecesse vivo nas páginas de jornais e revistas da capital carioca.³ Entre as estratégias mobilizadas por tais agentes de reconhecida influência nos meios intelectuais do final do século XIX, encontravam-se: publicação de extratos do livro em grandes jornais da época; organização de conferências públicas a respeito de *O homem*; distribuição de panfletos nos dias que antecederam o lançamento; realização de peça teatral que abordava a obra e corroborava para mantê-la viva no horizonte do leitorado de então; promoção de discussões acaloradas em diferentes veículos. Tanto os eventos sociais, quanto os debates literários e, posteriormente, o lançamento de romances de terceiros que poderiam ser filiados, em perspectiva genealógica, à matriz narrativa voltada ao tratamento da histeria, cujo precursor no Brasil teria sido Aluísio Azevedo,⁴ antecipavam ou prolongavam o livro para além de suas edições.

² Um levantamento detido da fortuna crítica do romance encontra-se na dissertação de mestrado *A filha do conselheiro: cientificismo, licenciosidade e promoção publicitária em O homem, de Aluísio Azevedo*, de Cleyciara dos Santos Garcia Camello (2018). As referências por ela obtidas por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional foram cruzadas com os dados de pesquisas que venho realizando – desde o início do trabalho de edição de um livro sobre o naturalismo, publicado em 2022 – em torno dessa obra (por meio também da referida ferramenta e, ainda, mediante visitas a acervos paulistas, cariocas, portugueses e franceses).

³ Conforme destaca Mello (2007, pp. 68-69), nos anos 1880, ficaram famosos os boêmios da chamada roda de José do Patrocínio, composta sobretudo por, além de Aluísio Azevedo, também Artur Azevedo, Olavo Bilac, Luís Murat, Pardal Mallet, Guimarães Passos, Coelho Neto e Paula Ney. Tratava-se de intelectuais de prestígio que desfrutaram do crescimento das oportunidades literárias em decorrência da expansão da imprensa e do crescimento das camadas médias letradas. Segundo Mérian (2013, p. 419), considerando-se que todos eles eram, bem ou mal, jornalistas, “a solidariedade dos escritores boêmios era exercida muito ativamente”, com vistas a condicionar o público e promover as obras de seus amigos. Needell (1993, p. 223), enfatiza que eram esses “os homens e o meio dominante na literatura logo antes da belle époque”.

⁴ Salvo engano, *O homem* teria sido “a primeira narrativa brasileira a ficcionalizar a observação concentrada num caso específico de histeria sexual” (TEIXEIRA, 2022, pp. 101-102).

Mas do que trata a obra? *O homem* conta a história de Magdalena, ou Magdá, filha do conselheiro Pinto Marques. Ela cresceu ao lado de Fernando, seu companheiro de infância e afilhado de seu pai. Com o tempo, por viverem na mesma casa e estreitarem os laços, apaixonam-se um pelo outro e decidem se casar. Porém, antes que isso aconteça, o conselheiro revela a Fernando que este é, na verdade, seu filho, fruto de uma relação adúltera do passado. Desde então, o rapaz, seguindo a orientação do pai, passa a tratar a moça com frieza e se afasta dela sem dar-lhe explicação. Diante de cobranças de sua futura ex-noiva, Fernando diz que não a pediria mais em casamento e que partiria em viagem para a Europa. Magdá tem a primeira de muitas de suas crises nervosas, e o conselheiro resolve contar toda a verdade à filha, que parece, então, perdoar Fernando. Diante do ataque de nervos sofrido pela jovem, dr. Lobão é chamado para atendê-la. Ele recomenda que a moça se case logo para ter relações sexuais (“Ela precisa de homem!”, ele diz), de modo a evitar que o mal súbito evoluísse para um quadro mórbido de histeria. O conselheiro passa a organizar bailes em sua residência, mas Magdá renega todos os pretendentes. Chega a notícia da morte de Fernando em Portugal, e as crises da donzela tornam-se ainda mais frequentes. O pai decide levá-la para sua chácara na Tijuca, na expectativa de que a mudança de ares favoreça o quadro de saúde da enferma. Em frente da velha casa da propriedade, havia uma pedreira. Num belo dia, a moça, embora fraca, acompanhada do pai sobe até o alto, quando sofre um desmaio e é levada para casa por um dos trabalhadores que lá extraíam pedras. Ele se chama Luiz, e é o noivo de Rosinha, irmã de Justina, criada de Magdá. Depois do ocorrido, a protagonista passa a ter sonhos eróticos contínuos, em meio à natureza tropical do lugar, com o rapaz rude da pedreira e, cada vez mais, confunde devaneio com realidade. Luiz se casa com Rosinha, e Magdá pede a Justina para convidar os recém-esposados para virem a sua casa, onde lhes serve vinho com xarope de Easton, medicamento que continha estricnina, matando o jovem casal. Constatada a loucura, a moça é levada para a casa de detenção.

Se, por um lado, o acompanhamento dos diferentes estágios do caso de nevrose histérica de Magdá vinculam, sem sombra de dúvidas, a obra ao naturalismo – sem contar ainda que tal ligação é explicitada desde a provocativa advertência com que o livro é aberto (AZEVEDO, 2022, p. 393) –, por outro, o erotismo *kitsch* romântico da narrativa, prevalente em sua

segunda parte (FRANCHETTI, 2022, p. 55), teria permitido, sobretudo, a apropriação do livro como “literatura para homens”.

Para além do caso específico de *O homem*, os romances à moda de Zola costumavam ser rotulados como pornografia disfarçada de ciência. “Numa sociedade pobre de representações de sexo e nudez, a ficção naturalista era capaz de despertar a imaginação licenciosa e de fazer o coração bombear sangue. Era uma das escritas mais sexualmente explícitas daquela sociedade” (MENDES; GARCIA-CAMELLO, 2019, p. 67). Essa dubiedade não deixou de estar presente na barulhenta urdidura epitextual do livro de Azevedo pulverizada na imprensa, embora a pretensão de que este fosse lido como literatura séria prevalecia, considerando-se para tanto, logo de saída, o fato de a obra ter sido concebida para o suporte *livresco*, diferentemente das então últimas experiências romanescas do autor, publicadas antes em jornais como folhetins.

Inicialmente, anunciou-se que o romance já estaria nos prelos da bem conceituada tipografia e livraria Moreira Maximino & C.,⁵ situada na rua da Quitanda, em atividade com esse nome desde 1874 e cujas oficinas eram descritas por *A Semana* como “grandes e caprichosas” (V.F., 1886, p. 170). Esse periódico usualmente enaltecia a qualidade dos trabalhos realizados por tal casa, responsável pela edição de *Notas à margem* (1888), do próprio Valentim Magalhães, proprietário de *A Semana*, bem como de livros de Raimundo Correia, Alberto de Oliveira, Filinto de Almeida, Rodrigo Otávio e Sílvio Romero, entre outros. No entanto, *O homem* acabou sendo impresso pela livraria e tipografia (que também era loja de papel, litografia, objetos de escritório e encadernação) Adolpho de Castro Silva & C., surgida em 1884 (com registro na junta comercial em novembro de tal ano), também instalada na rua da Quitanda.⁶ No exíguo catálogo dessa modesta editora que, segundo Heitor Martins ([1973], p. 87), nada ficava a dever à indústria francesa, não se encontravam intelectuais de prestígio,

⁵ Em 1876, o periódico norte-americano *The Printers' Circular*, em nota a respeito da universalidade da impressora Liberty, produzida por Degener e Weiler, referia-se à beleza dos livros realizados pela casa carioca Moreira Maximino & C. Moreia (RINGWALT, 1876, p. 126).

⁶ Antes tal firma tinha como sócios Lino Candido Teixeira, Ernesto Gonçalves Magalhães e Adolpho de Castro Silva (filho do comendador Albino Castro e Silva e irmão de Alberto Castro e Silva). Com a saída do primeiro e do segundo (em janeiro de 1884, este protestara contra a associação, feita pelo Almanaque Laemmert, de seu nome à empresa – cf. GUIMARÃES, 1884, p. 4), a empresa antes chamada Lino, Guimarães & Castro, resumiu-se a Adolpho de Castro Silva & C.

mas sim obras de caráter científico e técnico,⁷ estatutos de organizações,⁸ guias,⁹ um livro de crônicas¹⁰ e alguns periódicos.¹¹

Será que, com essa mudança, ao fazer imprimir seu romance numa empresa aparentemente sem tradição na publicação de obras ficcionais, o autor visava a aproximar sua narrativa dos textos científicos saídos dos prelos de tal editora? Ou, como até o momento da publicação de *O homem* a obra não tinha contrato de exclusividade com nenhuma casa tipográfica, Aluísio teria optado por aquela, pois ela lhe teria oferecido um acordo mais vantajoso, incluindo, talvez, um preço mais acessível por exemplar? Sabe-se que, na livraria Garnier, o preço unitário de cada volume editado pela Adolpho de Castro Silva & C. era de 3 mil-réis, um valor considerado acessível e de certo modo padrão nos anúncios de “livros baratos” (EL FAR, 2004, p. 85). De fato, quando se examina a materialidade das três primeiras edições, tanto pelo papel e mancha tipográfica, quanto pelo espalhafato da capa (sobretudo da segunda edição), avulta o caráter mais popular do livro, o que teria favorecido, em certa medida, sua apropriação também como uma brochura pornográfica. Quando a obra ganha sua quarta edição, impressa em Paris pela Garnier, em 1888, o incremento na qualidade editorial¹² (sem aumento

⁷ Cf. *A cremação perante a moral, a religião e a ciência* (1886), pelo Dr. Cincinato Lopes; *Contribution à l'étude de la paralysie spinale aigue* (1887), pelo Dr. João Paulo de Carvalho; e *Tabellas no Novo Sistema de Medidas e Pesos e principalmente das antigas medidas agrárias às do systema métrico e vice-versa* (1883), de F. Bello.

⁸ Cf. *Estatutos da Sociedade Brasileira de Beneficência instalada a 4 de janeiro de 1853* (1885); e *Estatutos e regimento interno do Club Beethoven fundado em janeiro de 1882* (1886).

⁹ Cf. *Guia do Jardim Zoológico de aclimação em Villa Izabel* (1888).

¹⁰ Cf. Camarate, Alfredo. *Et coetera mosaico* (1887).

¹¹ Cf. *O Phantasma* (publicado pelo Clube dos Democráticos, tendo como diretores Joao Arzilla e Samuel Lacerda) e *Bibliotheca domestica* (cujo editor seria Ernesto de Nogueirol), ambos de 1885. Realização apenas da impressão.

¹² Em crônica a respeito do romance de Júlia Lopes de Almeida *A família Medeiros*, publicado em *O Álbum*, em janeiro de 1893, isto é, depois que sua obra passou a ser impressa na França pela Garnier, Aluísio Azevedo (1893, p. 27) mostra toda sua preocupação com a feição material do livro e seu desprezo pelo trabalho realizado pelas tipografias brasileiras: “Mas, folheando o volume antes de o ler, em vez de prelibar as delicias que naturalmente ele me reservava, senti ímpetos de arrojá-lo para longe de meus olhos, indignado pelo seu aspecto antiartístico de livro brasileiro, com o seu detestável formato quase quadrado, com os capítulos grudados ao alto da página, com as suas margens enormes e desiguais, com o seu papel pulha, acetinado, com o seu tipo grande demais para a medida que lhe deram, e, enfim, com esse todo desgracioso e repulsivo que os impressores fluminenses dão, em geral, à obra que tem a desgraça de lhes cair nas garras./ Ah! raça maldita de impressores, que não têm sequer a dignidade da sua arte, ou a simples compreensão do seu officio!/ Que o inferno os confunda!/ Foi, por conseguinte, vencendo a repugnância que me inspira

de preço, a princípio),¹³ por seu turno, teria contribuído, em chave diacrônica, para leituras que vinculavam mais propriamente o romance ao naturalismo – embora, ao longo dos anos século XX adentro, ele tenha se cristalizado progressivamente como uma obra menor no bojo da literatura brasileira.

3. EPITEXTO ANTERIOR

Dez meses antes do lançamento de *O homem*, o número de dezembro de 1886 do semanário ilustrado *Gryphus* trazia o anúncio de que, brevemente, Aluísio Azevedo lançaria seu próximo livro, intitulado *A filha do conselheiro*. Tratava-se do primeiro nome atribuído àquele romance. Tal alcunha já aparecera em 20 de novembro do mesmo ano em *A Semana*, de Valentim Magalhães, na sugestiva seção “Galeria de Elogio Mútuo”, em que o colega de boemia de Aluísio Emílio Rouède (1886, pp. 1-2) referia-se à obra como se ela já estivesse em processo de impressão, além de tomá-la como “guarda avançada” do projeto de macroestrutura romanesca, à Balzac, intitulado “Brasileiros Antigos e Modernos”.

Esse mesmo periódico, em sua seção “Gazetilha Literária”, em 11 de dezembro de 1886, assinada pelo pseudônimo “A.” (abreviatura utilizada por Artur de Azevedo), indicava que, nesse novo trabalho, sem fazer concessões ao público, Aluísio Azevedo atingiria o “puro naturalismo, completamente emancipado de todo e qualquer prejuízo” (A., 1886, p. 3). Em meio a tais considerações enaltecedoras, trazia como amostras dois excertos descritivos da narrativa: pequenos trechos daqueles que viriam a ser os capítulos VII e XIV de *O homem*. Este último procura situar o espaço de um dos muitos sonhos eróticos da personagem com o rapaz da pedreira. Ao apresentar justamente esse recorte e também definir o livro como “um forte sopro de vida, um ar quente, uma grande luz que a tudo fecunda” (GARCIA-CAMELLO, 2018, p. 58), o crítico estaria esboçando uma estratégia ambígua de divulgação da obra: tratava-se de um romance naturalista, mas que não deixava de proporcionar reações intensas aos leitores, de tal modo que o faziam flertar com o pornográfico (p. 58).

quase toda a obra saída das oficinas de publicação do Rio de Janeiro, que principiei a ler o interessante romance da talentosa escritora”.

¹³ Na primeira edição de *O cortiço* (1890), feita pela Garnier, o exemplar encadernado de *O homem* era anunciado como custando 3 mil-réis na livraria do editor francês. Tratava-se, portanto, de venda direta. Não se encontrou o valor de venda das três primeiras edições do romance na livraria da própria tipografia Adolpho de Castro Silva & C.

Subjacente ao tratamento da histeria, a temática do controle e da disciplina do corpo feminino, em conformidade com a lógica do patriarcado e com os papéis então cabíveis à mulher, faz-se presente desde o título provisório com que o livro começou a ser propalado na imprensa. Note-se que a personagem era apresentada não por si mesma, mas como descendente de um prestigioso genitor, que, pelo título honorífico em questão, representava alguém de destaque no então Império do Brasil. Com o nome definitivo, o referido rebaixamento fica ainda mais acentuado, pois ele faria avultar o papel do masculino na não degenerescência do feminino: embora Magdá seja a protagonista, enfatiza-se a urgência de um homem satisfazer suas necessidades carnis para que ela não seja tragada pela neurose. E o desenlace trágico da história decorre do não atendimento dessa premissa.¹⁴

Em 25 de julho de 1887, cerca de três meses antes de *O homem* vir a público, a *Gazeta da Tarde* anunciava o lançamento iminente do novo romance de Aluísio com o título de *Magdá* (agora privilegiava-se o apelido da heroína), destacando se tratar de um “livro ardentíssimo./ Um estudo de histeria – um romance sonho” (PUCH, 1887, p. 2). Ao mesmo tempo, avultava a afirmação de que o livro seria “tão real, tão naturalista como *Casa de pensão* ou *O coruja*” e se enfatizava que o emprego da fantasia decorreria não do autor, mas do caso clínico por ele descrito, pois “o real do histérico seria o sonho”. O texto era assinado por Puck, pseudônimo recorrente entre o grupo de amigos do romancista (Olavo Bilac, por exemplo, já o teria utilizado). Como o cronista que o empregou se dizia maranhense, pode-se supor tratar-se de Coelho Neto.¹⁵

À medida que se aproximava o dia 10 de outubro de 1887, data de lançamento do romance, o livro passou a ser referido por seu título definitivo. A edição da folha *Novidades* de 29 de setembro não só trouxe, em sua primeira página, uma menção à obra, pressagiando seu êxito, como

¹⁴ Tomando como base Lamonica (2015), Leonardo Mendes e Cleyciara Garcia Camello (2019) especulam que a alteração no título teria decorrido das expectativas frustradas do romancista com a publicação de seu romance anterior, *Filomena Borges*, obra cercada de grandes expectativas. No entanto, se esse livro favoreceu a venda de produtos comerciais batizados com o nome da protagonista (chapéu, tecido etc.), resultou num fracasso de crítica. “Possivelmente por essa razão, o autor optou por *O homem*, um título mais austero que retirava o foco da personagem feminina, sem perder o sentido de carnalidade.” (p. 70).

¹⁵ Convém salientar que Arthur de Azevedo utilizava esse pseudônimo “Puck” seguido do “&” comercial, da consoante “C” e de um ponto abreviativo (Puck & C.). O próprio Aluísio se valia dessa mesma alcunha.

ofereceu aos leitores, para degustação, um trecho do mesmo capítulo XIV, agora, porém, uma passagem mais insinuante do sonho erótico da protagonista, na qual ela, ao lado do amante, colhe uma flor “proibida” na Ilha do Segredo e depois acorda do devaneio nos braços de seu pai. No dia seguinte, o mesmo periódico, que contava com Artur de Azevedo, oculto pelo pseudônimo Eloy, o Herói, entre seus colaboradores, anunciou que Coelho Neto (agora sem disfarces) faria, no 8 de outubro próximo, uma conferência sobre *O homem* no teatro Príncipe Imperial, sinalizando a grande ansiedade pela leitura da história da histórica Magdá. Na ocasião do evento, o autor de *A conquista* realizou uma longa exposição do romance perante um auditório lotado, conectando-o ao naturalismo, bem como traçou o percurso da carreira de Aluísio até aquele momento. O texto da palestra seria retomado e comentado pelos jornais a partir do dia seguinte.

Por essa altura, começava-se a especular que *O homem* estaria sofrendo censura prévia da polícia por se tratar de uma obra realista (DOMINÓ, 1887, p. 3). Porém, em 30 de setembro de 1887, a *Gazeta de Notícias* divulgou uma nota que tinha a finalidade de desmentir tal boato, rotulando o falatório como sem fundamento. Em seguida, superada a falsa acusação, que muito vinha a calhar à campanha publicitária conduzida por Aluísio e seu grupo, Artur de Azevedo (uma vez mais encoberto pelo disfarce Eloy, o Herói) voltava a promover com entusiasmo o romance de seu irmão. Ele destacava as condições excepcionais de acolhida da obra que, ainda inédita, já estava dando muito o que falar. Se, por um lado, louvava o tratamento minucioso, à luz da ciência, da histeria de Magdalena, por outro, sinalizava o receio de alguns pais de família que poderiam tomar o livro por perigoso; a pudicícia dos progenitores permitiria que as meninas o lessem apenas depois de “suprimidas algumas páginas audazes” (ELOY, 1887b, p. 1). Por fim, fazia votos para que os livreiros cariocas vendessem vinte mil *Homens*.

No *Diário de Notícias*, na coluna “Rua do Ouvidor”, em 5 de outubro, o próprio Aluísio Azevedo iria se tornar personagem da crônica assinada por Souvenir (pseudônimo de Gregório de Almeida). O jornalista relatava uma conversa animada a respeito do livro do momento, ocorrida entre um grupo de rapazes. O romancista maranhense estaria entre eles. Curiosos, os moços desejavam saber o que viria a ser *O homem*, o porquê do título, qual tese ele encerrava? E o cronista transcreve uma resposta evasiva: “O homem?... Ah! Que grande tratado de filosofia transcendental encerra esta simples palavra.

Como ela abrange um mundo inteiro de considerações!” (SOUVENIR, 1887, p. 2). Se, por um lado, o texto não esclarecia os questionamentos à obra prestes a ser lançada, por outro, descrevia o escritor como se ele fosse a antítese completa do realismo indecoroso de suas obras, afastando a enxurrada de críticas a sua suposta falta de decência: “Aluísio é simples, sem vícios, sério e ninguém ouviu jamais sair de seus lábios uma frase que não pudesse ser repetida entre moças bem educadas” (SOUVENIR, 1887, p. 2).

Essa ida a campo por parte do escritor, muitas vezes auxiliado por alguns companheiros corajosos, para fazer propaganda da obra se amplificara com a iminente publicação de *O homem*. Em crônica datada de mais de trinta anos depois do lançamento do romance, Coelho Neto relembra que Aluísio mandara imprimir duas mil etiquetas com o título “*O homem*” para espalhar pela cidade. Aí teria início uma curiosa anedota: no Café de Londres, aproveitando a distração do caixeiro, o escritor enrolou uma delas e colocou-a dentro de um pão que se achava no balcão. Era hora do almoço, e o estabelecimento estava lotado de fregueses. Logo teria início o escândalo: um homenzarrão ruivasco se pôs a bradar: “Que porcaria é esta!? Estou a comer o pão e trinco isto, *O homem*?! Que quer dizer isto?” (COELHO NETO, 1922, p. 104). Aluísio foi até ele, examinou o papelucho e se pôs a discursar:

O homem, a que se refere este papel, é aquele que, segundo afirmam as profecias, deve trazer ao mundo a palavra da Verdade, que, como meu ilustre amigo sabe, é o pão espiritual. Por isto, naturalmente, escolheu, para veículo, um pão. Se o cavalheiro se revolta contra *O homem*, que achou no pão, porque não brada contra a hóstia, por exemplo, que também contém, em substância, um homem? Saiba o amigo e saibam quantos aqui se acham que este *homem*, que aqui está, é um dos tipos mais perfeitos de criação: 300 páginas, edição Garnier,¹⁶ e aparecerá depois de amanhã (COELHO NETO, 1922, p. 105).

As gargalhas explodiram no recinto, e o ruivo, indignado, tomou parte dela. “E nesse dia, na rua do Ouvidor, e, à noite, nos teatros, o *Homem* do pão foi o assunto das palestras alegres” (COELHO NETO, 1922, p. 105). Segundo o cronista, tamanho foi o estardalhaço das ações empreendidas por Aluísio que, no dia da exposição do livro, foram vendidos ao balcão uns 300 exemplares (p. 103).

¹⁶ Trata-se de um lapso de memória do cronista, pois a primeira edição de *O homem*, como referido aqui, coube à tipografia Adolpho de Castro Silva & C.

EPITEXTO COETÂNEO E IMEDIATAMENTE POSTERIOR

No dia propriamente do lançamento da obra, 10 de outubro de 1887, foi organizado um banquete no Hotel de Londres, com cobertura jornalística, para comemorar o acontecimento. Emulando o famoso jantar no restaurante parisiense La Trapp, que reuniu expoentes do naturalismo e contou com um *menu* fantasia noticiado pela imprensa (CATHARINA, 2006, p. 107), o evento apresentou cardápio em francês que divulgava não apenas *O Homem*, mas toda a obra de Aluísio. Havia *sardines à Magda, fillet grillée à O Homem; Poisson fin au gratin à O mulato, veau sautée à Coruja* etc. (O HOMEM, 1887a, p. 1). Entre os convidados, destaque para o grupo de boêmios e amigos de Aluísio Azevedo: Coelho Neto, Luís Murat, Alcindo Guanabara, Guimarães Passos, entre outros, que praticavam entre si “solidariedade literária”.

Em pouco tempo, a expressiva vendagem do romance tornou-se notícia. No próprio dia do lançamento, a folha *Novidades* anunciava em sua capa, na seção “No Bond” (1887, p. 1): “Até às 9h da manhã de hoje a livraria Garnier tinha vendido 108 exemplares de *O homem*. Este fato é único nos anais da literatura brasileira e indica um movimento de curiosidade do público bastante animador”. Como já mencionado, ao final do primeiro dia de seu aparecimento, as vendas totalizaram trezentos exemplares; 631 em dois dias. Primeira edição esgotada em uma semana. Crônica de *A Semana* de 22 de outubro de 1887 destacava “o ruidoso e seguro sucesso literário” de *O Homem*, salientando que os empregados da Livraria Garnier diziam não ter ideia “de haverem vendido, em tão poucos dias, avultado número de exemplares de uma obra nacional” (O HOMEM, 1887b, p. 332). Em seguida, aproveitava para oferecer a seus leitores uma amostra do romance: um dos trechos do livro “mais ricos em observação e primorosos de forma e, também, menos violentos aos paladares literários contrários ao naturalismo” (p. 332). Tratava-se do capítulo oitavo que narra a subida de Magdá ao alto da pedreira, onde quatro homens trabalhavam. Lá, como dissemos, ela passa mal e, estando desacordada, é transportada para baixo por um dos cavouqueiros, que trazia o peito nu. Tratava-se de Luís, aquele pelo qual a protagonista passará a nutrir sonhos eróticos.

Dois dias depois do lançamento, viria a público, nas páginas do *Jornal do Commercio*, a primeira crítica desabonadora ao romance. De início, o texto não assinado salientava a “larga antecipação” com que o romance fora apregoado “por todos os meios conhecidos para auxiliar o comércio” (GAZETILHA, 1887, p. 1). Em seguida, como se ecoasse as censuras de

Machado de Assis, feitas há mais de uma década, à poética de inventário presente na prosa de Eça de Queirós,¹⁷ a crítica ironizava o excesso de descrições minuciosas contido em *O homem*: “Ora eis um livro que vai muito procurado pelos leiloeiros; encontrarão aqui excelentes modelos para catálogos de leilão. É, pois, um naturalismo que para alguma coisa serve” (GAZETILHA, 1887, p. 1). Por fim, sem ter avançado com a leitura para além do meio da obra, o cronista investe contra os termos grosseiros empregados por Aluísio para descrever coisas e atos “naturais”, os quais revelariam a pseudociência do caso clínico encenado. Sobre este, debochava da tese em torno da necessidade de as moças se casarem antes dos vinte anos: “Disso todas estão já convencidas, e se algumas têm deixado de o fazer, fique o autor com a consciência tranquila que não foi por não ter aparecido há mais tempo seu livro” (GAZETILHA, 1887, p. 1).

Se antes do lançamento, na produção do epitexto promocional de *O homem*, tiveram destaque os alógrafos oficiosos, isto é, textos publicados pelo grupo intelectual de que o autor fazia parte, o mesmo aconteceria agora com vistas a defendê-lo desse ataque nas páginas do *Jornal do Comercio*. O primeiro a se manifestar nesse sentido foi Ferreira de Araújo, encoberto pelo pseudônimo José Telha, na seção “Macaquinhos no Sótão”, da sua *Gazeta de Notícias*. Ele destacou que o autor das censuras teria corado lendo o romance e, por isso, desprovido de razoabilidade, pusera-se a criticar a forma e o fundo da narrativa sem reconhecer-lhe os méritos. Haveria incorreções e descuidos a serem apontados, mas avultariam também as qualidades de estilo, de observação, de desenho das personagens etc. Provocador, terminava sua réplica com um questionamento que tomava como base a robusta trama epitextual ainda em processo de construção: “Que diabo! Se é tão ruim que não tem por onde se lhe pegue, como é que ainda está na imprensa diária?” (TELHA, 1887, p. 1).

Simultaneamente, *A Semana*, de Valentim Magalhães, trazia também uma resposta de Artur de Azevedo às exprobrações de que *O homem* fora alvo. O cronista começava por ressaltar o sucesso editorial do livro. Se não deixava de associar tal êxito aos reclames que precederam sua publicação (e, em sentido mais amplo, salientando a importância da propaganda para que os escritores realizem o ideal supremo de viver das letras), ao mesmo

¹⁷ Trata-se das crônicas, publicadas respectivamente em 16 e 30 de abril de 1878, em *O Cruzeiro*, nas quais Machado de Assis avaliou criticamente *O primo Basílio* (ASSIS, 2004, pp. 903-913).

tempo enfatizava que o romance seria digno de todo barulho e que Aluísio Azevedo teria todas as qualidades de um bom romancista moderno. Dito isso, pôs-se a atacar o *Jornal do Commercio*, que há sessenta anos exploraria pantafaçudos romances que os franceses fabricavam vertiginosamente, e não veria com bons olhos “um rapaz de talento, ativo, independente e sobranceiro, pretender aclimar nestas regiões inóspitas a semente de novos processos literários” (ELOY, 1887a, p. 1).

Depois de receber resenhas de intelectuais adeptos ao naturalismo,¹⁸ quando a temperatura epitextual de *O homem* começava a baixar, o romance ganhou uma adaptação teatral, que o recoloca em evidência. Em 18 de dezembro, a *Gazeta de Notícias* anunciava que a *Revista do ano de 1887 – O homem*, escrita por Artur de Azevedo e Moreira Sampaio, recebera a aprovação do Conservatório Dramático, em parecer positivo de Machado de Assis. A mesma nota destacava que Aluísio Azevedo já teria acabado “todos os desenhos por onde devem ser feitos os vestuários e adereços para a peça” (O HOMEM, 1887c, p. 2), composta por dez quadros.

Já nos primeiros dias de 1888, novamente a *Gazeta de Notícias* dava conta da primeira encenação de *O homem*, feita no teatro Lucinda. O cronista indicava que o esqueleto da peça fora retirado do livro homônimo (THEATROS, 1888, p. 2). No entanto, a dimensão trágica do romance deu lugar à comédia, com um final feliz para a protagonista que, depois de muito perambular pela cidade do Rio de Janeiro ao lado do pai, o conselheiro Pinto Marques, enfim encontrava um homem para curar seus histerismos: tratava-se de Fernando, que, numa reviravolta melodramática, não era mais seu irmão, mas sim filho do dr. Lobão (FARIA, 2017, p. 248).

Embora, de acordo com o imperativo da decência pública reivindicado nos palcos, todos os sonhos picantes de Magdá tenham sido deixados de fora da arquitetura dramática concebida por Artur de Azevedo e Moreira Sampaio, a revista teatral se mostrara um sucesso. A estreia teria atraído tantos espectadores que, “mais do que enchente, houve transbordamento, senão verdadeira apoplexia de público” (THEATROS, 1888, p. 8). Além das encenações, caricaturas e alusões debochadas aos fatos do ano findo, o

¹⁸ Referência a Aderbal de Carvalho e Tito Lívio de Castro, cujos textos foram estampados, respectivamente, no *Diário de Notícias* (n. 856, p. 2, 13 out. 1887) e *A Semana* (n. 152, pp. 364-366, 26 nov. 1887). Entre outros aspectos, o primeiro louvava o estudo de caso proposto pelo autor, ao passo que o segundo assinalava restrições a este, considerando que a imaginação do romancista teria suplantado a observação, embora tenha elogiado a obra como “o único romance brasileiro, nestes últimos tempos, que é naturalista” (CASTRO, 1887, p. 365).

espetáculo contava com números musicais, resultando em uma festa para os olhos e para os ouvidos, da qual o público saía satisfeito e alegre (p. 2). E o sucesso se repetiria em São Paulo, onde, em seguida ela foi encenada (CORREIO, 1888, p. 2).

Não por acaso, após o aparente sucesso da revista do ano, o romance continuaria a despertar a atenção da imprensa ao longo de 1888 até culminar com a publicação de sua quarta edição pela editora Garnier em setembro. Nesse meio tempo, entre outros registros na imprensa, a obra ganha um estudo abrangente, que se estende por mais de um mês, da lavra do conceituado crítico Araripe Júnior,¹⁹ bem como se tornou alvo de contrafação por parte do jornal *Nono Distrito*, da cidade de Paraíba do Sul, do interior do Estado do Rio de Janeiro. O amigo Valentim Magalhães (1888a, p. 208) denunciou o caso em sua revista *Notas à Margem – Chronica Quinzenal*, chamando a atenção para o despudor do editor da referida folha regional que fazia propaganda do livro pirateado e de seu autor: “NOSSO FOLHETIM. Julgamos prestar homenagem às letras pátrias, dando como nosso primeiro folhetim um romance brasileiro. *O homem*, a última novidade literária, de que é autor o talentoso romancista Aluísio Azevedo”. Apesar da indignação de Aluísio e de seu defensor, a reprodução pirata indicaria certa consolidação do nome do romancista no cenário das letras nacionais (GARCIA-CAMELLO, 2018, p. 143).

Tendo em vista tal processo, *O homem* passou a aparecer como referência, sendo majoritariamente associado a lançamentos literários do ano de 1888. Embora ao resenhar *O ateneu*, Valentim Magalhães (1888b, p. 2) tenha estabelecido um paralelo entre o então recém-lançado livro de Raul Pompeia e o escandaloso romance de Aluísio, o destaque maior ficou para as correlações estabelecidas pela crítica entre este último e *A carne*, de Júlio Ribeiro. O jurista e jornalista Germano Hasslocher (1888a,

¹⁹ Em uma longa série, dividida em nove partes e intitulada “*A terra*, de Émile Zola e *O homem*, de Aluísio Azevedo”, publicada em *Novidades* de 21 de fevereiro a 11 de abril de 1888, Araripe Júnior (1888, p. 2) estudou, entre outros aspectos, a particularidade do romance de Aluísio Azevedo, que consubstanciaria a luta inerente ao naturalismo brasileiro entre “o cientificismo desalentado do europeu e o lirismo nativo do americano pujante da vida, de amor, de sensualidade”. Não se trataria, portanto, de uma cópia servil de seu modelo francês. Ao mesmo tempo, ao abordar especificamente *O homem*, considerava que o talento maior do escritor estava na construção de personagens coletivas, e, tal como se observaria em *Casa de pensão*, a história de Magdá perderia muito ao se centrar num “ponto fixo de observação”. Ao deixar de descrever o real para se deter no tratamento de um caso patológico de caráter livresco, não teria logrado êxito, abandonando a ciência e atirando-se pela “janela aberta da imaginação” (COUTINHO, 1960, p. 89).

p. 3), por exemplo, antes de enaltecer a obra do autor paulista (“magistral”, “simplesmente sublime”), desqualificava de modo gratuito Aluísio Azevedo, tachando-o de corifeu do pseudonaturalismo, “que outra coisa não é senão uma pornografia muito repugnante”. De imediato, Alcindo Guanabara (MINOR, 1888, p. 2) e Artur de Azevedo protestaram contra a má vontade e a injustiça flagrante do cronista. O segundo respondeu a descompostura com a informação de que naquele exato momento chegava ao Brasil, vinda de Paris, a quarta edição do romance feita pela Garnier (ELOY, 1888, p. 1). Esse feito falaria por si próprio. Mas, não se dando por satisfeito, Hasslocher investe numa longa tréplica que se pulverizou em inúmeras edições da *Gazeta da Tarde* no transcorrer do mês de setembro de 1888. Para tanto, tomava como base a mais nova edição colocada na praça pelo livreiro francês. Tal cronista gaúcho, tradutor de dois romances de Georges Ohnet, autor considerado contrário ao naturalismo, revelava logo de cara suas intenções: “proponho-me, pois, a demonstrar que o sr. Aluísio Azevedo não é discípulo de Zola; que escreve mal, muito mal; que *O homem* não passa de uma obra de carregação, sem mérito, nem o da originalidade; e que a reputação do autor é muito contestável, não resistindo obras tais como a que tenho sob os olhos, a uma crítica severa e imparcial” (HASSLOCHER, 1888b, p. 2).

Antes dessa polêmica, nas páginas do *Diário Mercantil* de São Paulo, Alfredo Pujol (1888 *apud* RIBEIRO, 2015, p. 330), em resenha desabonadora a *Hornet carne* (tomando-a logo de saída como “obra de escândalo”; “misto de ciência e pornografia”), havia ressaltado o parentesco entre Magdá e Lenita. “Júlio Ribeiro parece ter concebido *A carne* depois da leitura de *O homem*, havendo, mesmo, entre os dois romances, íntimas afinidades” (p. 330). Embora censurando Aluísio por ter fugido à arte naturalista e abdicado da observação em tal romance, seduzido que estaria por um caso de histeria, o crítico ressaltava que o romancista estaria corrigindo a rota equivocada: em seu livro seguinte, ainda em processo de composição, privilegiaria “tudo quanto se refere ao cortiço” (p. 330).

Em seguida, Pujol tomou lugar numa polêmica instaurada pelos textos questionadores de Germano Hasslocher, uma vez que *Novidades* publicara um comentário daquele à “pseudocrítica” de *A carne* feita por este. Tendo em vista suas severas restrições à história de Lenita, Pujol repudiava a afirmação de que tal narrativa ocupasse o lugar de único romance brasileiro verdadeiramente naturalista. Embora também tivesse ressalvas em relação a *O homem*, o crítico reafirmou o lugar de Aluísio

como “fundador da escola naturalista no Brasil” (PUJOL, 1888, p. 1). Por fim, terminava sua nota com uma pilhéria: “Júlio Ribeiro, que é homem de espírito, só terá um meio de agradecer a crítica do sr. Hasslocher: – É mandar-lhe o osso, já que o homenzinho tanto gostou da *carne*” (PUJOL, 1888, p. 1).

Ainda com relação aos paralelos com *A carne*, assim como tal romance caíra na alça de mira do virulento padre Sena Freitas, o que dera origem a uma acalorada polêmica travada entre ele e Júlio Ribeiro (RIBEIRO; FREITAS, [s.d.]), o mesmo sacerdote, ainda no ano de 1888, pôs-se a desancar *O homem*, investindo contra a imoralidade e o caráter inartístico da estética naturalista: “O sr. Aluísio Azevedo assentou praça nesse naturalismo que com mais propriedade poderemos chamar de *chulismo literário*, no naturalismo desastrado que entende que realidade e decência são coisas que colidem entre si” (FREITAS, 1888 *apud* BROCA, 1991, p. 113). Diferentemente do escritor paulista,²⁰ o autor maranhense e seu grupo não fomentaram a discussão, que parece não ter ecoado nem no Rio de Janeiro nem em São Paulo.

Por fim, avulta o texto de 1889 do influente José Veríssimo, que se debruçou sobre *O homem*, *A carne* e ainda *Hortência*, livro de Marques Carvalhopublicadoem1888,noPará.Sabidamentecontrárioaonaturalismo francês, o crítico investiu contra estética de Zola, mas poupou o romance de Aluísio Azevedo, que, segundo ele, embora se mostrasse monótono e fatigante do meio para o fim, destacava-se “incontestavelmente” como “um dos melhores da nossa literatura atual” (VERÍSSIMO, 1978, p. 187). Ele não poupou adjetivos ao estilo do romancista descrito como “puro e limpo” e à sua dicção literária, que, embora não tivesse a pureza da língua de Machado de Assis, mostrava-se “mais moderna e sobretudo mais viva” (p. 187). O crítico assinalou também a paridade entre *O homem* e *A carne* no que dizia respeito à ideia principal, mas afirmou que haveria um abismo entre ambas enquanto obras de arte. Se a primeira poderia ser tratada como “única obra perdurável do naturalismo zolista no Brasil”, a segunda não passava de um “parto monstruoso de um cérebro artisticamente enfermo” (p. 188).

De todo modo, embora a narrativa a respeito de Magdá tivesse seus méritos, ela padecia, na opinião do resenhista, de um problema

²⁰ Em resposta à série de artigos depreciativos intitulada “A carniça”, Júlio Ribeiro respondeu à “besta religiosa”, ao “palhaço de batina”, por meio de um conjunto de textos por ele batizado de “O urubu – Sena Freitas” (RIBEIRO; FREITAS, [s.d.]).

que seria fulcral para a tradição de leitura póstera do romance: a obra não teria “valor como fator de determinação do caráter nacional. Ele não diz nem a natureza, nem a vida brasileira” (VERÍSSIMO, 1978, p. 200). Um estrangeiro que lesse *O homem* “apenas ficaria sabendo que no Brasil, como em qualquer outro país da civilização ocidental, há oficiais da marinha reformados que podem ter uma filha histórica” (VERÍSSIMO, 1978, p. 200). Tendo em vista esse paradigma do “Brasil como intermediário” (FRANCHETTI, 2022, p. 54) em referência a *Candido* (2010, p. 131), talvez assim se explique por que *O homem*, depois de um furor inicial, desapareceria de nossas histórias literárias ou nelas seria referido apenas pejorativamente,²¹ ao passo que *O cortiço*, para além de sua alentada qualidade, “mereceu valorização constante e unânime” (p. 52), pois era tomado como documento e alegoria de nosso país.

CONCLUSÃO

Ao defender o irmão de censuras recebidas por *O homem*, Artur de Azevedo reitera o papel ativo do autor na promoção de seus próprios livros. Se era comum artistas e intelectuais reclamarem da indiferença do público, da escassez de leitores num país onde grassava o atroz analfabetismo, “em primeiro lugar nos deveríamos queixar da nossa própria indiferença. Em Paris, capital das letras e das artes, nenhum livro de autor conhecido é publicado, sem que se arrebeste a *pellet* dos tambores do reclame” (ELOY, 1887a, p. 1).

Em conformidade com tais expectativas em torno do homem de letras, Aluísio Azevedo tomou a frente do processo de divulgação de seu livro escandaloso. Promoveu conferências, banquete, distribuiu panfletos, foi à rua no corpo a corpo com os leitores para militar em prol de sua obra. “Eu ainda acabo numa carrocinha como o homem dos abacaxis e das melancias, correndo essas ruas com meus romances, apregoando-os aos berros. Imaginação, estilo... isto que monta?! O que vale é o anúncio”, dizia o escritor (AZEVEDO *apud* COELHO NETO, 1922, pp. 105-106) segundo reminiscência de seu amigo. E, por falar em amigo, o autor de *O homem* contou com toda uma rede de letrados pautada pelo

²¹ Como destaca Rouanet (2022, p. 372), “praticamente todos os críticos e historiadores da literatura estão de acordo em menosprezar esse romance”. Essa lista inclui Silvio Romero, Lúcia Miguel Pereira, Afrânio Coutinho, Alfredo Bosi, entre outros. “Criticado ou ignorado, *O homem* é objeto de um consenso negativo” (ROUANET, 2022, p. 373).

elogio mútuo e inserida em importantes meios intelectuais do tempo, que, mediante alógrafos oficiosos, teceram toda uma rede epitextual que antecedeu e imediatamente sucedeu a chegada do romance, fazendo com que ele reverberasse tanto entre o público geral (que crescia no final do século XIX), quanto entre os críticos, as duas balizas da opinião visadas pelo artista.

Se, por um lado, no caso de *O homem*, fica evidente a atuação efetiva do autor e de diferentes agentes a ele ligados na difusão da obra, chama atenção também a efemeridade da ressonância da catadupa jornalística-crítica-promocional então arquitetada, cuja recuperação demandou um trabalho de caráter arqueológico. Em certa medida, o caudal epitextual parece espelhar a trajetória de publicação de *O homem*, livro passível de ser rotulado como um *best-seller* de fôlego relativamente curto, pois teve quatro edições em menos de um ano e outras quatro em cinquenta anos.²²

Por seu turno, as mais de 140 referências ao romance espalhadas quase que exclusivamente em jornais entre o final de 1887 e 1889 cumpriram a contento, em termos pragmáticos, as funções de levar o leitor a adquirir o livro, predispor-lo a ler e de prepará-lo a fazer isso numa determinada direção. Com o fim do burburinho inicial, cuja chama foi sustentada de modo admirável por mais de um ano, e com a publicação em 1890 do aclamado *O cortiço*, ajustado ao referido paradigma crítico do “Brasil como intermediário”, *O homem* foi ganhando um espaço mais restrito, mais rebaixado. No entanto, cumpre destacar seu papel fundamental na consolidação do autor quer por reafirmar sua penetração entre um público mais amplo, quer por proporcionar-lhe o contrato com uma das editoras mais prestigiadas de então, quer por, entre idas e vindas epitextuais, tê-lo elevado à condição de “corifeu do naturalismo” no Brasil (ARARIPE JÚNIOR, 1888, p. 2).

REFERÊNCIAS

A. [Artur de Azevedo]. A filha do conselheiro. *A Semana*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 102, 11 dez. 1886, p. 399 [Gazetilha Literária].

ALVES, Marco Antônio Sousa. *Uma genealogia do autor*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

²² Depois da edição de Garnier de 1888, a quarta do romance, o livreiro francês imprimiu mais três (1896, 19-- e 1923?) até chegarmos à primeira edição feita pela Briguiet, em 1938.

- ARARIPE JÚNIOR. *A terra*, de Émile Zola, e *O homem*, de Aluísio Azevedo – Estilo tropical. A fórmula do naturalismo brasileiro. *Novidades*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 64, 22 mar. 1888, p. 2.
- ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. 3, 2004.
- ASSIS, Machado de. *O jornal e o livro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- AZEVEDO, Aluísio. *Os mistérios da Tijuca*, cap. LXI. *Folha Nova*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 62, 23 jan. 1883, p. 1.
- AZEVEDO, Aluísio. *A família Medeiros*. *O Álbum*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, jan. 1893, p. 27.
- AZEVEDO, Aluísio. *O homem*. In: TEIXEIRA, Ivan; SALLA, Thiago Mio (Orgs.). *Naturalistas*. São Paulo: Edusp, 2022, pp. 391-586. (Multiclássicos, 2)
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BROCA, Brito. *Naturalistas, parnasianos e decadentistas: vida literária do realismo ao pré-modernismo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1991.
- CANDIDO, Antonio. De cortiço a cortiço. In: *O discurso e a cidade*. 4. ed. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2010, pp. 107-132.
- CARVALHO, Aderbal de. *O homem*, por Aluísio Azevedo. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 856, 13 out. 1887, p. 2.
- CASTRO, Tito Lívio de. *O homem*, por Aluísio Azevedo. *A Semana*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 152, 26 nov. 1887, pp. 364-366.
- CALDWELL, Helen. *Machado de Assis – The Brazilian Master and his Novels*. Berkeley/Los Angeles/Londres: University of California Press, 1970.
- CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira. Estética naturalista e configurações da modernidade. In: MELLO, Celina Maria de; CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira (Orgs.). *Crítica e movimentos estéticos: configurações discursivas do campo literário*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, pp. 105-136.
- CHARTIER. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- COELHO NETO. *O meu dia (Hebdomadas d'A Noite)*. Porto: Livraria Chardron, de Lelo & Irmão, 1922, pp. 103-106.
- CORREIO DOS THEATROS. *Novidades*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 57, 13 mar. 1888, p. 2.
- COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra crítica de Araripe Júnior: 1888-1894*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Casa de Rui Barbosa, 1960.

- DOMINÓ. Pequenos ecos. *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, ano 12, n. 466, 30 set. 1887, p. 3.
- EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- EL FAR, Alessandra. Jornais, narrativas e muito barulho: os “livros para o povo” na imprensa carioca do século XIX. In: GRANJA, Lúcia; ANDRIES, Lise (Orgs.). *Literaturas e escritas na imprensa. Brasil/França, século XIX*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015, pp. 231-246.
- ELOY, O HERÓI [Artur de Azevedo]. História de quinze dias. *A Semana*, Rio de Janeiro, ano 3, vol. 3, n. 145 e 146, 15 out. 1887a, p. 1.
- ELOY, O HERÓI [Artur de Azevedo]. De Palanque. *Novidades*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 214, 3 nov. 1887b, p. 1.
- ELOY, O HERÓI [Artur de Azevedo]. De Palanque. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 1183, 8 set. 1888, p. 1.
- FARIA, João Roberto. Artur Azevedo e a revista do ano: *O homem. O Eixo e a Roda*, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, 2017, pp. 229-251.
- FRANCHETTI, Paulo. Introdução. In: TEIXEIRA, Ivan; SALLA, Thiago Mio (Orgs.). *Naturalistas*. T. 1 São Paulo: Edusp, 2022, pp. 35-62 (Multiclássicos, 2).
- GARCIA-CAMELLO, Cleyciara. *A filha do conselheiro: cientificismo, licenciosidade e promoção publicitária em O homem, de Aluísio Azevedo*. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- GAZETILHA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 65, n. 283, 12 out. 1887, p. 1.
- GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Trad. Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.
- GUIMARÃES, Ernesto Gonçalves. *Almanak Laemmert*. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano 10, n. 26, 26 jan. 1884, p. 4.
- HASSLOCHER, Germano. *A Carne*. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, ano 9, n. 201, 4 set. 1888a, p. 3.
- HASSLOCHER, Germano. *O homem*. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, ano 9, n. 208, 12 set. 1888b, p. 2.
- LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges: romance, imprensa e política*. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2015.
- MAGALHÃES, Valentim. Por falar em homem... *Notas à Margem – Chronica Quinzenal*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, 15 mar. 1888a, p. 208.

- MAGALHÃES, Valentim. Notas à margem – *O ateneu*. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, ano 9, n. 126, 5 jun. 1888b, p. 2.
- MAGALHÃES, Valentim. *A literatura brasileira, 1870-1895*. Lisboa: Livraria A. M. Pereira, 1896.
- MARTINS, Heitor. *Oswald de Andrade e outros*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, Comissão de Literatura, [1973].
- MCKENZIE, Donald Francis. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. São Paulo: Edusp, 2018.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- MELMOUX-MONTAUBIN, Marie-Françoise. *L'Écrivain-journaliste au XIXe siècle: un mutant des lettres*. Saint Étienne: Éditions des Cahiers Intempestifs, 2003. (Collection Lieux Littéraires 6)
- MENDES, Leonardo; GARCIA-CAMELLO, Cleyciara. *O homem (1887)*, de Aluísio Azevedo, como *best-seller* erótico. *ALEA: Estudos Neolatinos*, Rio de Janeiro, v. 21/3, set-dez. 2019, pp. 65-80.
- MENEZES, Raimundo de. *Aluísio Azevedo: uma vida de romance*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1958.
- MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo: vida e obra (1857-1913)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Garamond, 2013.
- MINOR, Aranha [Alcindo Guanabara]. Protesto. *Novidades*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 194, 6 set. 1888, p. 2.
- NEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NO BOND. *Novidades*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 220, 10 out. 1887, p. 1.
- O HOMEM. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 855, 12 out. 1887a, p. 1.
- O HOMEM. *A Semana*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 147, 22 out. 1887b, p. 332.
- O HOMEM. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano 13, n. 352, 18 dez. 1887c, p. 2.
- PUCH [Artur de Azevedo]. *Semana Artística*. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1887, p. 2.
- PUJOL, Alfredo. A propósito d'A carne. *Novidades*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 203, 18 set. 1888, p. 1.
- RIBEIRO, Júlio. *A carne*. 2 ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2015, pp. 327-339.

- RIBEIRO, Júlio; FREITAS, Padre Sena. *Uma polêmica célebre*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, [s.d.].
- RINGWALT, Jessie R. Exhibition Reviews. *The Printers' Circular*, Philadelphia, v. XI, n. 1, mar. 1876.
- ROUËDE, Emílio. Galeria do Elogio Mútuo – V – Aluísio Azevedo. *A Semana*, 20 nov. 1886, pp. 1-2.
- ROUANET, Sérgio Paulo. A construção da histeria feminina em Aluísio Azevedo. In: TEIXEIRA, Ivan; SALLA, Thiago Mio (Orgs.). *Naturalistas*. T. 1. São Paulo: Edusp, 2022, pp. 367-386. (Multiclássicos, 2)
- SOUVENIR [Gregório de Almeida]. Na rua do Ouvidor. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 848, 5 out. 1887, p. 2.
- TEIXEIRA, Ivan. O luar verde de Raul Pompeia. In: TEIXEIRA, Ivan; SALLA, Thiago Mio (Orgs.). *Naturalistas*. São Paulo: Edusp, 2022, pp. 65-117. (Multiclássicos, 2).
- TELHA, José [Ferreira de Araújo]. Macaquinhos no sótão. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano 13, n. 288, 15 out. 1887, p. 1.
- THEATROS E... *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano 14, n. 5, 5 jan. 1888, p. 2.
- THEATROS E Diversões. *A Semana*, Rio de Janeiro, ano 4, v. 4, n. 158, 8 jan. 1888, p. 8.
- THÉRENTY, Marie-Ève. *La Littérature au quotidien. Poétiques journalistiques au XIXe siècle*. Paris: Seuil, 2007.
- V. F. Gazetilha Literária. *A Semana*, Rio de Janeiro, ano 2, v. 2, n. 74, 29 maio 1886, p. 170.
- VERÍSSIMO, José. O romance naturalista no Brasil. In: BARBOSA, João Alexandre (Org.). *José Veríssimo: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos Editora/Edusp, 1978.

Recebido: 22/2/2023

Aceito: 12/4/2023

Publicado: 16/11/2023